



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0001968-94.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia**
 Requerente: **VICTOR MATHEUS QUINTINO DA SILVA**
 Requerido: **SONY MOBILE COMMUNICATIONS DO BRASIL LTDA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido um aparelho de telefonia celular fabricado pela ré, o qual ainda no prazo de garantia apresentou vício de funcionamento.

Alegou também que o encaminhou a reparo por três vezes, sendo a última delas em 15/10/2014, mas não o recebeu de volta.

Os documentos que instruíram o relato exordial respaldam satisfatoriamente os fatos articulados pelo autor, evidenciando os de fls. 03/05 os três envios do produto para conserto.

É certo, outrossim, que isso aconteceu na última vez em outubro de 2014 e que desde então o aparelho não foi devolvido ao autor.

A ré na contestação limitou-se a informar que procedeu aos reparos no produto, mas não se manifestou específica e concretamente sobre os fatos trazidos à colação e tampouco sobre os aludidos documentos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida, porquanto com o decurso do trintídio para o conserto da mercadoria (se isso tivesse ocorrido ela à evidência já teria sido devolvida) se aplica ao caso a regra do art. 18, § 1º, inc. II, do CDC.

Por fim, registro que o autor em momento algum postulou o ressarcimento por eventuais danos morais, de sorte que os argumentos expendidos na peça de resistência a esse respeito deixam de ser analisados.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 1.999,00, acrescida de correção monetária, a partir de maio de 2014 (época da compra), e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Cumprida a obrigação pela ré, ela poderá dar ao aparelho o destino que melhor lhe aprouver.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 22 de março de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**